

O MOVIMENTO COCALERO NA BOLÍVIA

Deise Gisleine de Souza Santos (Ciências Sociais - UEL)

Orientadora: Profa. Dra. Renata Gonçalves

Palavras-chave: Movimento *Cocalero*. Neoliberalismo. Luta de classes.

Resumo:

O principal objetivo de nosso trabalho é entender a dinâmica de organização do Movimento *Cocalero* na Bolívia. Analisaremos em que medida o ideário neoliberal, que arrastou a população – sobretudo a indígena – a níveis desumanos, contribuiu efetivamente tanto para sua ascensão como para a de Evo Morales à Presidência da República acirrando a luta de classes naquele país.

A partir dos anos 90 o projeto neoliberal se apresentou na América latina como a solução para os problemas deixados pelos governos precedentes. No entanto, após mais de três décadas, a agenda neoliberal não cumpriu o que havia prometido. Segundo Perry Anderson (1998), apesar de o modelo neoliberal ter sido vitorioso no controle da inflação e na retomada das diferenças sociais, ele fracassou no sentido de retomar o desenvolvimento econômico a desigualdade social e o desemprego só aumentaram neste período. No entanto, neste período marcado pela lógica do “pensamento único”, as classes populares, que foram as mais afetadas pelo neoliberalismo, ainda no final do século XX, emergiram como movimentos populares de resistências às políticas neoliberais e aos governos responsáveis por elas (Quijano, 2004). Vários movimentos sociais se apresentam como uma novidade e de um modo ou de outro, se pretendem portadores de um projeto de transformação social e adquiriram extraordinária visibilidade em vários países latino-americanos.

Em nosso trabalho pretendemos analisar um deles, o Movimento *Cocalero* da Bolívia, que revelou impressionante vitalidade ao imprimir, apesar de seus poucos recursos, verdadeiras derrotas (parciais) ao neoliberalismo, revelando a complexa dinâmica econômico-política da Bolívia.

Este país, de acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, depois do Haiti, é o segundo país mais pobre da América Latina, com uma população de oito milhões de habitantes e uma dívida externa superior a 5,5 milhões de dólares no pagamento do qual o país gasta cerca de 30% do seu PIB (Chavez, 2005); 58,6% dos bolivianos são pobres e 90% dos camponeses vivem sob o limiar da pobreza. O censo realizado em 2001 aponta que 62% da população vive na zona urbana, mas os piores índices de desenvolvimento estão na zona rural 55% da população se encontra em extrema pobreza subsistem com menos de 10 centésimos de dólar por dia, 75% dos lares não possuem energia elétrica, 59% não tem acesso à água encanada, 95% não têm serviço de esgoto e a taxa de analfabetismo para maiores de 15 anos é de 25% (Urquidí, 2004: 201).

É neste cenário marcado por profundas desigualdades sociais que assistimos à ascensão do Movimento *Cocalero*, elemento central de nosso trabalho. Como compreender a ascensão deste movimento? Qual sua composição?

O Movimento *Cocalero* inicialmente foi formado por camponeses quíchuas que se deslocaram para o Chapare ao norte de Cochabamba para encontrar uma alternativa de sobrevivência (Urquidí, 2004: 202). A situação de pobreza que a população boliviana vivia fez com que outros grupos migrassem para a mesma região do Chapare. Estes grupos se apoiaram no plantio da folha de coca para sobreviver. A folha de coca, além de garantir a subsistência de milhares de bolivianos, tem uma milenar atuação cultural entre os povos andinos. Porém, seu valor econômico tem grande envolvimento com o tráfico de drogas, uma vez que suas folhas servem de base para a produção de cocaína. O narcotráfico fez com que os Estados Unidos junto com o governo boliviano adotassem políticas para reprimir o plantio excedente da folha de coca.

De acordo com Urquidí (2004), os primeiros passos do Movimento *Cocalero* surgiram com vista a combater este programa de erradicação da folha de coca. Os *cocaleros* defendiam o cultivo da folha não só pelo valor econômico, mas principalmente por seu mérito cultural e identitário. Esta grande organização dos cultivadores de coca foi dando origem ao

Movimiento al Socialismo (MAS), dirigido pelo índio aymara Evo Morales. As reivindicações do movimento não se limitaram apenas à luta pela folha de coca, mas também pela revalorização da população indígena que por muito tempo foi excluída socialmente.

O modelo neoliberal, adotado pelo então presidente Sanches Losada, arrastou a população a níveis desumanos. Uma das medidas mais inaceitáveis foi a **privatização da água** que acarretou uma onda de mobilizações populares contra a proposta de não ter acesso ao elemento básico para sobrevivência que se tornaram uma verdadeira guerra contra o capital estrangeiro que suga as riquezas do país. Tais mobilizações pressionaram o governo a romper contratos com empresas estrangeiras que não cumpriam seus contratos, como é o caso da empresa francesa *Lyonnaise des Eaux* responsável pela distribuição e saneamento de água em alguns bairros da cidade de La Paz.

A **guerra do gás** também se tornou uma mobilização que exigiu uma reformulação no processo de exportação do gás e novas leis sobre os hidrocarbonetos para reapropriação desta fonte de recursos. Esta guerra foi marcada por revoltas sangrentas entre os movimentos populares e as forças armadas. Estes movimentos, cujos manifestantes não tinham mais nada a perder, não cediam às repressões do governo e investia na revolta com intensas greves de fome, bloqueios e ocupações.

O Movimento *Cocalero* começou a ganhar destaque a partir daí e aos poucos ganhou apoio da população urbana, mineiros, professores e vários outros grupos da população para travar uma luta resistente contra as medidas privatizantes do governo. Paralisou as estradas que cortam o Chapare e junto com a população rumaram até as ruas de La Paz para pressionar o governo a expulsar a Bechtel, empresa norte-americana (Martins, 2004: 126).

Com a guerra da água as classes populares e o Movimento *Cocalero* não pararam mais: novos levantes eclodiram em fevereiro de 2002 contra um pacote de cortes de investimentos públicos e novas repressões aos cultivadores de coca. O confronto entre estes trabalhadores que defendiam seus interesses e a repressão policial deixou um saldo de 33 mortos. Estes confrontos foram igualmente cruciais para a renúncia do presidente Sanches de Lozada.

Em meio à ascensão do Movimento *Cocalero*, o seu partido político o MA.S nas eleições presidenciais de 2002 se tornou a segunda maior força política do país, cujas metas incluíam um Estado forte, anulação dos contratos de privatização e reversão dos recursos

naturais (Urquidí, 2004: 213). Nesta eleição o MAS e o Movimento Indígena (MI), principais partidos políticos indígenas, conseguiram ocupar 41 cadeiras para deputados no Parlamento e conseguiram implantar a primeira mudança favorável à população indígena: a oficialização das línguas aimara, quíchua e guarani como oficiais do país junto com o espanhol (Martins, 2004: 126). A busca por alianças com grupos políticos, sindicatos e lideranças comunitárias fez do partido uma grande força política nacional que levantou a bandeira da democratização e expressou o desejo de refundar o país. As tensões que aumentavam levou outro presidente, Carlos Meza, a renunciar em 2005.

Expressão da força que adquiriu o MAS, em Janeiro de 2006, Evo Morales foi empossado presidente. Para muitos autores, como Aillón (2006) e Regalsky (2007), a ascensão do governo Morales se deu em um momento de crise no sistema político, de perda de legitimidade dos partidos políticos tradicionais. Para outros, como Petras (2007), a ascensão de Morales não modificou as desigualdades sociais. Apesar destas objeções, é inegável que a ascensão de Morales à presidência da República revelou a entrada na cena política de forças sociais que historicamente estavam à margem do processo político institucional: o campesinato indígena, sua principal base de apoio (Gomes e Souza, 2008), mostrando que perfil do atual proletariado latino-americano adquire cada vez mais um rosto indígena (Almeida, 2007).

A posse de Morales não agradou a todos. A nacionalização do gás proposta por ele tem causado conflitos entre as forças sociais na Bolívia. De acordo com Franck Poupeau e Hervé Do Alto (2008), há todo um esforço para conter Evo Morales, primeiro presidente indígena da América, eleito em dezembro de 2005 com 53,72% dos votos, e que prometeu defender os direitos das populações indígenas. O conjunto de reivindicações firmado em outubro de 2003 em torno das demandas de nacionalização dos hidrocarbonetos e de refundação do Estado com uma nova Constituição ocupam o centro dos principais conflitos. Os autores observam que as elites contra-atacam, pois estão dispostas a manter o poder e privilégios. Com esta finalidade, escoram-se nas autonomias regionais e alardeiam uma suposta “ameaça autoritária” (Poupeau e Do Alto, 2008; Soliz Rada, 2008).

Essa ameaça que assombra a Bolívia se fundamenta no processo de transição que está ocorrendo: a emergência de um novo poder político e a decadência das forças políticas tradicionais, essa transição desencadeou em uma revolução sócio-cultural segundo conceito de Álvaro Garcia Linera (2008) quando a mudança política não só modifica a estrutura do

estado mais também a estrutura econômica da sociedade e seus hábitos culturais, falamos de uma revolução sócio – cultural. Somente o será quando essa mudança do bloco sob o poder do estado gerar transformações estruturais na economia, na cultura e nos hábitos da sociedade.

Isso está acontecendo na Bolívia esse acontecimento está causando um grande terror nas oligarquias a queda das políticas até então implantadas no país e a nova proposta de nacionalizar as fontes de geração de riquezas e distribuir essas riquezas em prol da população a oposição não aceita essas medidas e tenta de varias maneiras boicotar as propostas pelo governo no senado onde é maioria barra grande parte das medidas sociais atrasando o desenvolvimento do país.

Em 2006 o país passava por um referendo onde o objetivo era convocar uma nova assembléia constituinte “a convocação da assembléia constituinte ratificou um sistema de voto muito próximo daquele já em vigor, sem que fosse assegurada uma representação mais forte dos setores sociais”. Apesar de obter maioria, com 133 dos 255 eleitos, o MAS não atingiu os dois terços para a aprovação da nova constituição (Poupeau e Do Alto, 2008; Soliz Rada, 2008). Esse acontecimento fez com que a oposição respirasse e começasse a investir em mobilizações contra o governo de Morales para garantir seus interesses.

A crise Boliviana se acirrou quando o presidente Evo Morales tomou a medida de nacionalizar os hidrocarbonetos e decidiu destinar parte do Imposto Direto sobre os Hidrocarbonetos (IDH) para a criação de um fundo de aposentadoria para pessoas acima dos 60 anos. Essa nacionalização afetaria as regiões mais ricas da Bolívia que se beneficiam com as riquezas naturais do país e principalmente sobre os impostos.

Essa medida tomada por Morales fez com que a oposição ficasse ainda mais insatisfeita com o seu governo e descartasse totalmente as medidas constitucionais impostas no país, a oposição que controla grande parte das riquezas da Bolívia mediante a essa recusa às medidas do governo tenta se transformar em estados independentes por meio de referendos.

O referendo ocorrido em 04/05/2008 em Santa Cruz de La Sierra teve como objetivo tornar este estado independente do governo central de La Paz, eles votariam a favor da autonomia administrativa, política e financeira do estado. Esse referendo mostra claramente as intenções dos opositores do governo de Evo Morales que é garantir suas riquezas já que é a região mais rica da Bolívia e atravancar as propostas do governo para a justa distribuição das riquezas do país. Esse referendo teve êxito conforme esperado pela oposição, mas não foi

legitimado pelo governo da Bolívia. Mesmo sem legitimidade, desafiando o governo a província de Santa Cruz instaurou sua assembléia legislativa e se considerou autônoma.

Os referendos nas quatro regiões mais ricas da Bolívia - responsáveis por mais de 80% do PIB nacional - levantaram questionamentos sobre a possível mudança do sistema político boliviano em direção ao federalismo e sobre prováveis movimentos separatistas no país. (Bachtold, 2008). A região mais rica da Bolívia recebe o nome de meia lua; outros três estados, junto com Santa Cruz de La Sierra, formam essa região Beni, Pando e Tajira que também realizaram referendos para autonomia de seus estados, esses referendos foram marcados por constantes revoltas populares que desde então só tem se alarmado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AILLÓN, L O. *Nacionalismo, populismo y régimen de acumulación: hacia una caracterización del gobierno Evo Morales*. La Paz: Cedela: 2006.
- ALMEIDA, L. F. “Lutas sociais e questões nacionais na América Latina”. *Lutas Sociais*, nº 17/18. São Paulo: Neils, 2007.
- ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”. In. SADER, E. & GENTILLI, P. (org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BACHTOLD, I. Referendos na Bolívia separatismo ou contestação. Meridiano47 edição brasileira. junho de 2008 <http://meridiano47.info>. Consultado em 18/09/2008
- CHAVEZ, W. “A efervescência popular boliviana”. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira. março, 2005. <http://diplo.uol.com.br/2005-03,a1078>. Consultado em 14/05/2008.
- CHAVEZ, W. “Uma nova esquerda na ofensiva”. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira. maio, 2003. <http://diplo.uol.com.br/2003-05,a629>. Consultado em 14/05/2008.

- CHAVEZ, W. “Erupção anunciada do vulcão boliviano”. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira. maio, 2003. <http://diplo.uol.com.br/2003-05,a630>. Consultado em 14/05/2008.
- GARCIA.A.L. No referendo, o sinal para a virada. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira. agosto, 2008. <http://diplo.uol.com.br/2008-08,a2579>. Consultado em 05/09/2008
- GOMES E SOUZA, J. *América Latina pós-neoliberalismo: reformas e transformações na Bolívia de Evo Morales (2006-2010)*. Projeto de Pesquisa de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2008.
- MARTINS, A. “A cor das nossas lutas”. *Lutas Sociais*, nº 11/12. São Paulo: Neils, 2004.
- MORAES, R. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Senac, 2001.
- PETRAS, J. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.
- PETRAS, J. “Entre la insurrección y la reacción: la búsqueda del ‘capitalismo normal’ de Evo Morales. *Lutas & Resistências*. Vol. 2, nº 2/3. Londrina: Gepal, 2007.
- POUPEAU, F. e DO ALTO, H. “Bolívia: o contra-ataque das elites”. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira. fevereiro, 2008. <http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2193>. Consultado em 14/05/2008.
- POUPEAU, F. “E a água foi privatizada...”. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira. maio, 2002. <http://diplo.uol.com.br/2002-05,a311>. Consultado em 14/05/2008.
- QUIJANO, A. “El laberinto de América Latina: Hay otras salidas?”. *Revista venezolana de economía y ciencias sociales*. Ano/v. 10, nº. 001, Janeiro-abril, 2004.
- RAMONET, I. “Bolívia”. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira. novembro, 2003. <http://diplo.uol.com.br/2003-11,a786>. Consultado em 14/05/2008.
- REGALSKY, P. “Bolívia na encruzilhada: o governo Morales e a política indianista”. *Revista Outubro*. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2007.
- SOLIZ RADA, A. “Bolivia: la lucha por existir”. *Rebelión*, maio, 2008. <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=67125>. Consultado em 14/05/2008.

URQUIDI, V. F. “O Movimento *Cocalero* na Bolívia”. In: COGGIOLA, O. (org.). América Latina - encruzilhadas da história contemporânea. São Paulo: Xamã, 2004.

VILLA, R. D. & URQUIDI, V. F. “Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo”. *Política Externa*. vol.14, nº 4, março-maio de 2006.

ZIBECHI, R. “El Alto: um mundo nuevo desde la diferencia”. *Revista História e Lutas de classes*. Ano 3, nº 4, 2007.

BACHTOLD, I. “Referendos na Bolívia separatismo ou contestação”. *Meridiano47* edição brasileira, junho de 2008 <http://meridiano47.info>. Consultado em 18/09/2008